

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2024



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Amarildo Carlos de Lima

Desembargador do Trabalho-Presidente

Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez

Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

Comitês

1. Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Portaria SEAP 32/2023

- I - Desembargador(a) do Trabalho, indicado(a) pela Presidência, coordenador(a); (Alterada pela Portaria SEAP nº 153, de 30 de novembro de 2023)
- II - Coordenador(a) de Projetos Estratégicos e Inovação – Vice-Coordenador(a);
- III - Diretor(a) da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV - Diretor(a) da Secretaria Administrativa;
- V - Coordenador(a) de Licitações e Contratos;
- VI - Coordenador(a) de Material e Logística;
- VII - Coordenador(a) de Serviços Gerais;
- VIII - Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade.

Portaria SEAP 33/2023

- I - Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, Desembargador do Trabalho, coordenador; (Alterada pela Portaria SEAP nº 153, de 30 de novembro de 2023)
- II - Cláudio Manabu Okada, Coordenador de Projetos Estratégicos e Inovação – Vice-Coordenador;
- II - Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV - Sandro Beltrame, Diretor da Secretaria Administrativa;
- V - Fernando Schlickmann Oliveira Souza, Coordenador de Licitações e Contratos;
- VI - Altair de Lima, Coordenador de Material e Logística;
- VII - Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi, Coordenadora de Serviços Gerais;
- VIII - Yasmin Lonzetti Skovronski, Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade.

2. Comitê de Acessibilidade e Inclusão

Portaria PRESI 219/2023

- I. Magistrado(a) indicado(a) pela Presidência - coordenador(a);
- II. Diretor(a)-Geral;
- III. Diretor(a) da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV. Diretor(a) da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- V. Diretor(a) da Secretaria de Comunicação Social;
- VI. Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII. Diretor(a) da Secretaria de Segurança Institucional;
- VIII. Coordenador(a) de Projetos Estratégicos e Inovação - Vice-Coordenador(a);
- IX. Coordenador(a) de Saúde;
- X. Coordenador(a) de Projetos e Obras;
- XI. Assessor(a) da Ouvidoria;
- XII. Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura;
- XIII. Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade;
- XIV. Assistente-Chefe do Setor de Acessibilidade e Inclusão;
- XV. Servidor(a) representante da Secretaria da Corregedoria;
- XVI. Servidor(a) representante da Coordenadoria de Saúde;
- XVII. Servidores(as) com deficiência indicados(as) pela Presidência.

Portaria SEAP 46/2023

- I - Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Coordenadora;
- II - Marcus Vinicius de Lima Oliveira, Diretor-Geral;
- III - Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV - Fabiana Vieira de Linhares, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- V - Camila Sartori Velloso Abreu, Diretora da Secretaria de Comunicação Social;
- VI - Valdir Luiz da Cunha, Diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII - Claudionor da Silva, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional;
- VIII - Cláudio Manabu Okada, Coordenador de Projetos Estratégicos e Inovação – Vice-Coordenador;
- IX - Cristina Vivan, Coordenadora de Saúde;
- X - Jacson Alexandre Pereira, Coordenador de Projetos e Obras;
- XI - Simone Pereira, Assessora da Ouvidoria;
- XII - Breno Cláudio Bauer, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura;
- XIII - Yasmin Lonzetti Skovronski, Técnica Judiciária, Área administrativa, Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade;
- XIV - Márcia Abedal Ceci de Souza, Técnica Judiciária, Área administrativa, Assistente-Chefe do Setor de Acessibilidade e Inclusão;
- XV - Jamile Cury Cecato de Carvalho, Técnica Judiciária, Área Administrativa, representante da Secretaria da Corregedoria;
- XVI - Denise Suchara, Analista Judiciária, Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, representante da Coordenadoria de Saúde;
- XVII - Ana Paula Koch de Bona, Analista Judiciária, Área Judiciária, lotada no Gabinete do Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi;
- XVIII - Cláudia Bettoni, Técnica Judiciária, Área administrativa, lotada na Coordenadoria de Saúde;
- XIX - Eduardo Gheller Morschbacher, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, lotado na Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas;
- XX - Flávia Pinheiro Guimarães, Técnica Judiciária, Área Administrativa, lotada na Coordenadoria de Gestão da Força do Trabalho.

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – PLS-TRT12 é um instrumento de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos que serão utilizados para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação do órgão.

Sua elaboração, aprovação e execução visa permitir ao TRT da 12ª Região adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

O PLS-TRT12 está de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021 e no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (alterado pelo Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 323/2015).

Objetivo Geral

O PLS-TRT12 possui como objetivo a promoção da sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico, com foco na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade e a inclusão, a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e a melhor eficiência do gasto público, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

Objetivos Específicos

- Incentivar a racionalização dos recursos e o consumo consciente.
- Realizar o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e rejeitos produzidos.
- Capacitar e sensibilizar seus agentes para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade e inclusão.
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

Metodologia

Com o objetivo de melhorar continuamente o PLS-TRT12, a implementação do plano foi dividida em 5 etapas (Planejamento, Acompanhamento, Análise, Aprimoramento e Controle). Essa metodologia leva em consideração os conceitos da metodologia DMAIC utilizada em processos de melhoria contínua.

1. Planejamento – É a primeira fase do PLS e consiste efetivamente na sua elaboração. Nessa fase o Comitê Gestor da Sustentabilidade avalia os relatórios de desempenho dos anos anteriores e define as metas e o plano de ações para melhoria dos processos de trabalho, redução dos impactos ambientais e melhoria da eficiência do gasto público no âmbito do Tribunal.
Após a elaboração do PLS pela Unidade de Sustentabilidade, o plano é encaminhado à Administração do TRT da 12ª Região para aprovação, divulgação e encaminhamento ao CNJ.
2. Acompanhamento – Na segunda fase da metodologia o Comitê Gestor Ambiental e as unidades responsáveis pelos eixos temáticos acompanham e medem os indicadores definidos na etapa 1.
3. Análise – A fase de análise visa avaliar os indicadores medidos na etapa 2, identificando oportunidades de melhoria e possíveis problemas que podem impactar no resultado dos processos e ações planejadas no PLS. Nesta fase também são realizadas propostas para melhoria das práticas de sustentabilidade e dos indicadores de sustentabilidade do TRT da 12ª Região.
4. Aprimoramento – Nessa fase o objetivo é implementar as ações propostas na etapa 3, de maneira a aprimorar o desempenho dos processos planejados, diminuindo gradativamente os impactos ambientais causadas pelas atividades da instituição e melhorando o desempenho da instituição em relação aos critérios de sustentabilidade do CNJ.

5. Controle – A última etapa tem como objetivo garantir que as mudanças e ações implementadas no PLS-TRT12 sejam permanentes, de modo a permitir que os resultados sejam duradouros.

O PLS e o planejamento estratégico

O PLS-TRT12 está alinhado ao Plano Estratégico do TRT da 12ª Região para o período 2021-2026 (Versão 4 - set/2023) na sua visão, nos seus valores e nos seus objetivos estratégicos:

Visão

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

Valores

- Acessibilidade
- Agilidade
- Comprometimento
- Efetividade
- Eficiência
- Ética
- Inovação

- Respeito à diversidade
- Segurança jurídica
- Sustentabilidade
- Transparência
- Valorização das pessoas

Objetivos Estratégicos - OE - Perspectiva sociedade

OE-02: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Líderes do Objetivo: Juiz Gestor Estratégico de Metas, Responsável pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Responsável pelo Programa Trabalho Seguro e Unidade Socioambiental.

Indicadores e Metas

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicadores	Metas
Sociedade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação – II	Meta Nacional 9: Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com

			avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.
		Índice de combate ao trabalho infantil - ICTI	Meta Nacional 11: Promover pelo menos uma ação visando ao combate ao trabalho infantil.

Indicadores e Metas - Eixos

O Plano de Logística Sustentável - PLS do TRT da 12ª Região está dividido em dois eixos temáticos de acordo com as Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021. Em cada eixo há indicadores e metas respectivas.

SUSTENTABILIDADE

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Identificação dos ODS

Os temas que estão relacionados a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU serão apresentados com a mesma notação gráfica utilizada pela ONU, conforme apresentado a seguir:



- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e bem-estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de gênero;
- 6 - Água potável e saneamento;
- 7 - Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 - Redução das desigualdades;
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 - Consumo e produção responsáveis;
- 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- 14 - Vida na água;
- 15 - Vida na terra;
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 - Parcerias e meios de implementação.

FONTE: ONU BRASIL

Eixo Sustentabilidade

1. Variáveis Gerais



16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

As Variáveis Gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas, pois são aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) - Resolução CNJ nº 76/2009.

Variáveis Gerais

METAS PARA 2024	<p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de cargos de magistrados(as) providos.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de pessoal do quadro efetivo.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de servidores(as).</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de trabalhadores(as) terceirizados(as).</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total de estagiários(as)</p> <p>Informar 100% os dados sobre o total de aprendizes.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números no total da força de trabalho auxiliar.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números na força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares.</p> <p>Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números na área total em metros quadrados.</p>							
Objetivo	Utilizar dados do Justiça em Números e informar os dados sobre o total de aprendizes.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	16 - Paz, justiça e instituições eficazes							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.1	MagP	Total de cargos de magistrados(as) providos	Número total de cargos de magistrados(as) providos no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Magistrados (as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.2	TPEfet	Total de pessoal do quadro efetivo	Total de pessoal do quadro efetivo do órgão, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.3	TPI	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.4	TPSV	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.5	Serv	Total de servidores(as)	Número dos servidores(as) do quadro efetivo, dos que se encontram cedidos(as) ou requisitados(as) e dos comissionados(as) sem vínculo do órgão. Não são computados(as) os(as) servidores(as) que saíam do órgão por cessão ou requisição. Serv = TPEfet + TPI + TPSV TPEfet = Total de pessoal do quadro efetivo, conforme item 1.2; TPI = Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme item 1.3; TPSV = Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme item 1.4.	Servidores(as)	Anual	Cálculo automático	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.6	TFAuxT	Total de trabalhadores(as) terceirizados(as)	Número total de terceirizados(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.7	TFAuxE	Total de estagiários(as)	Número total de estagiários(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Estagiários(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.12	TFAuxA	Total de aprendizes	Número total de aprendizes lotados(as) no órgão ao final do período-base, com base na Lei nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, que define aprendiz como jovem de 14 a 24 anos incompletos que esteja cursando o ensino fundamental ou o ensino médio.	Aprendizes	Anual	Preencher	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.13	Tfaux	Total da força de trabalho auxiliar	Total de trabalhadores(as) auxiliares lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009. Consideram-se os terceirizados(as) e os estagiários(as). TFAux = TFAuxt + TFAuxE + TFAuxA TFAuxt = Total de trabalhadores(as) terceirizados(as), conforme item 1.6; TFAuxE = Total de estagiários(as), conforme item 1.7;	Trabalhadores(as) auxiliares	Anual	Cálculo automático	-

				TFAuxA = Total de aprendizes, conforme item 1.12.				
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.14	FTT	Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares	Número total da força de trabalho, incluindo os(as) magistrados(as), os(as) servidores(as) e a força de trabalho auxiliar no órgão, ao final do ano-base. FTT = MagP + Serv + TFAux MagP = Total de cargos de magistrados(as) providos, conforme item 1.1; Serv = Total de servidores(as), conforme item 1.5; TFAux = Total da força de trabalho auxiliar, conforme item 1.13.	Trabalhadores(as)	Anual	Cálculo automático	-
Serão utilizados dados do Justiça em Números	1.15	m ² Total	Área total em metros quadrados	A área total, conforme definição da ABNT NBR, de todos os prédios (próprios ou não) das unidades integrantes da estrutura do órgão. Essa é a variável que será utilizada em todos os indicadores que envolverem área de edificações. A área total engloba tanto a área construída quanto as áreas externas, como estacionamentos privativos e jardins.	m ²	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

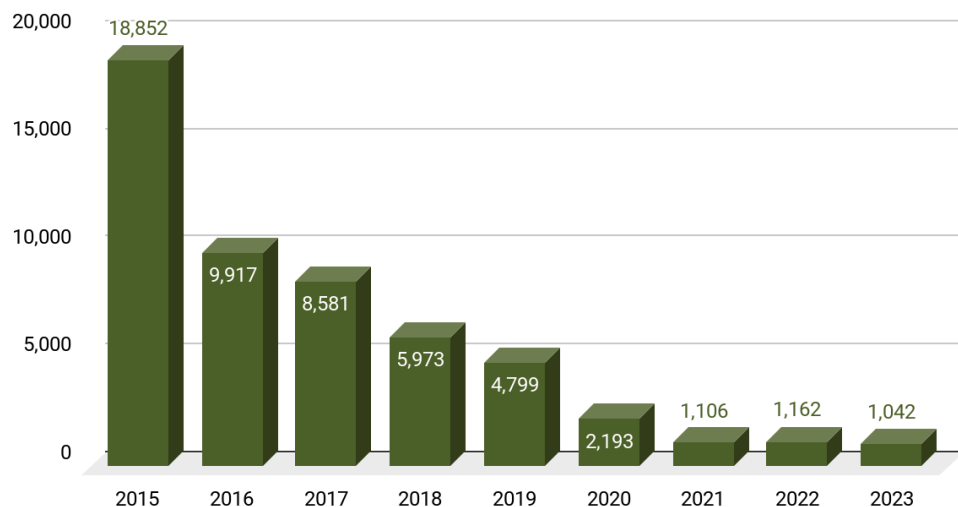
2 .Papel



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução CNJ nº 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. Devem ser adquiridos produtos com certificação como: CEFLOR, ETC, FSC, entre outras.

Consumo de papel próprio (Resma)



Consumo de papel próprio (Resmas): 2015: 18.852 / 2016: 9.917 / 2017: 8.581 / 2018: 5.973 / 2019: 4.799 / 2020: 2.193 / 2021: 1.106 / 2022: 1.162 / 2023: 1.042 (dados parciais).

Papel								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de papel do tipo A4 em comparação ao ano de 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de papel.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	2.1	CPP	Consumo de papel próprio	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

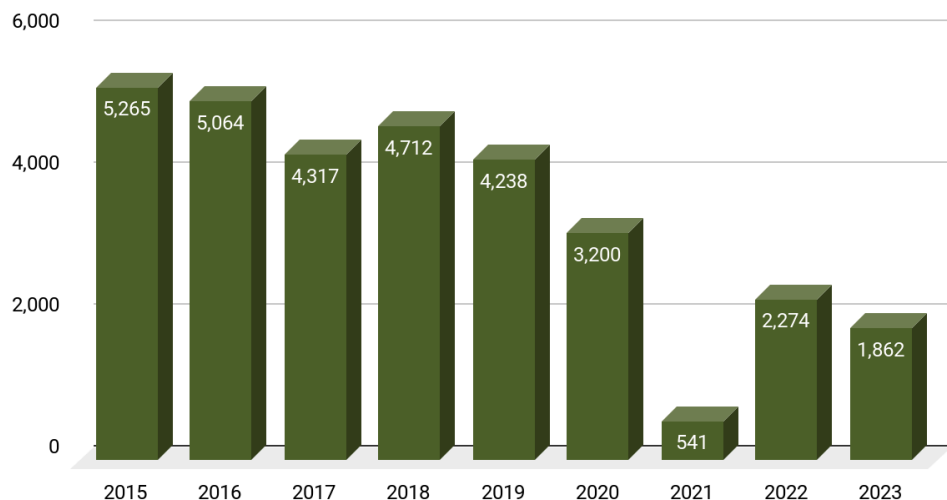
3. Copos descartáveis



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou de outros materiais. Os copos costumam ser fornecidos em pacotes de 100 unidades. Embalagens com outras unidades deverão ser convertidas para centos.

Consumo de copos descartáveis (Centos)



Consumo de copos descartáveis (Centos): 2015: 5.265 / 2016: 5.064 / 2017: 4.317 / 2018: 4.712 / 2019: 4.238 / 2020: 3.200 / 2021: 541 / 2022: 2.274 / 2023: 1.862 (dados parciais).

Copos descartáveis								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de copos descartáveis em comparação ao ano de 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de copos descartáveis.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	3.1	CC	Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Centos	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

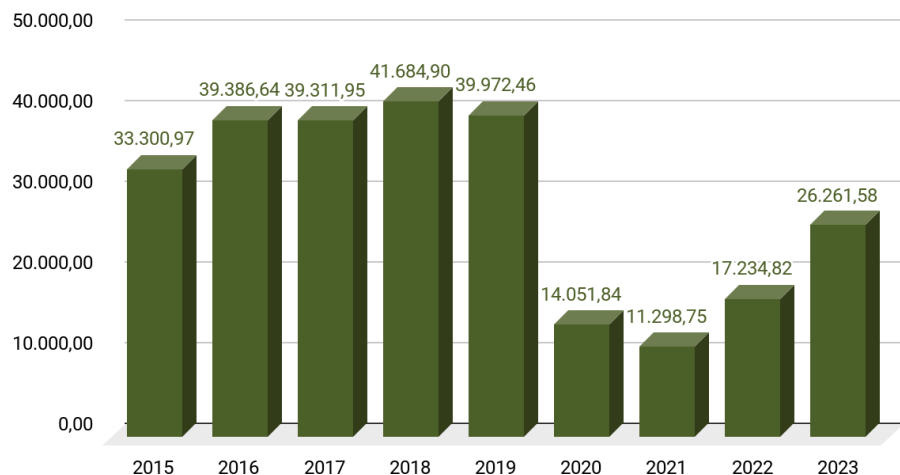
4. Água envasada em embalagem plástica



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Serão contabilizados dois volumes: o de consumo individual, que se utiliza de embalagens descartáveis (copos e garrafas), e o de consumo coletivo, que se utiliza de embalagens retornáveis para bebedouros (10 e 20 litros).

Gasto com água mineral em embalagens retornáveis



Gasto com água mineral em embalagens retornáveis: 2015: R\$ 33.300,97 / 2016: R\$ 39.386,64 / 2017: R\$ 39.311,95 / 2018: R\$ 41.684,90 / 2019: R\$ 39.972,46 / 2020: R\$ 14.051,84 / 2021: R\$ 11.298,75 / 2022: R\$ 17.234,82 / 2023: R\$ 26.261,58 (dados parciais).

Água envasada em embalagem plástica

META PARA 2024	Reduzir em 1% os valores gastos com consumo de água mineral em embalagens reutilizáveis em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	4.4	GAER	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrafas retornáveis). Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

5. Impressão

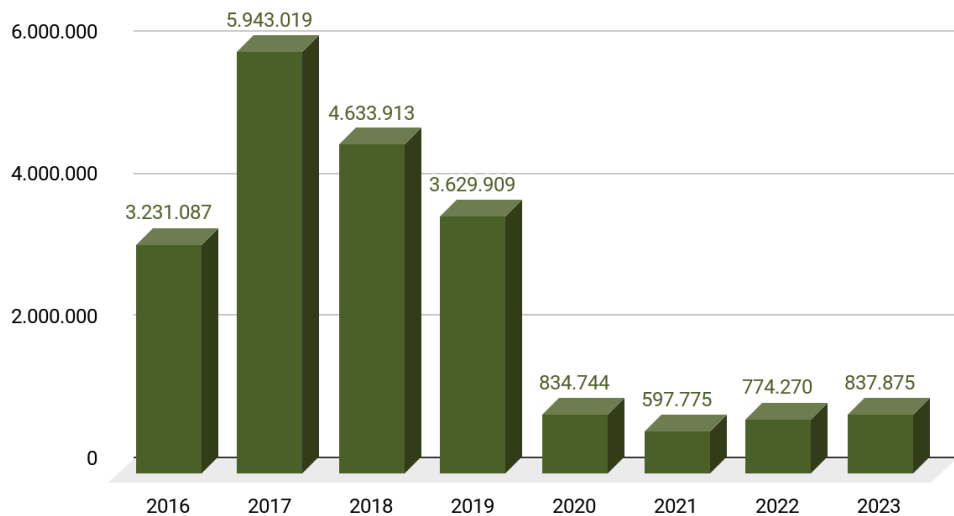


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos. O monitoramento dos dados pode indicar a necessidade de:

- calcular a quantidade de impressões por usuário, buscando sua diminuição;
- calcular a quantidade de usuários por equipamento, buscando seu aumento;
- diminuir a quantidade total de impressoras e impressões;
- aumentar a quantidade de impressões por equipamento, ou seja, evitar impressora ociosa.

Quantidade de impressões (Unidade)



Quantidade de impressões: 2016: 3.231.087 / 2017: 5.943.019 / 2018: 4.633.913 / 2019: 3.629.909 / 2020: 834.744 / 2021: 597.775. / 2022: 774.270 / 2023: 837.875 (dados parciais).

Impressão								
META PARA 2024	Reduzir em 5% a quantidade de impressões em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar a quantidade de impressões.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC/SUPORTE	5.1	QI	Quantidade de impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão ou reprografia.	Impressões	Mensal	Preencher	Impressão

6. Energia Elétrica



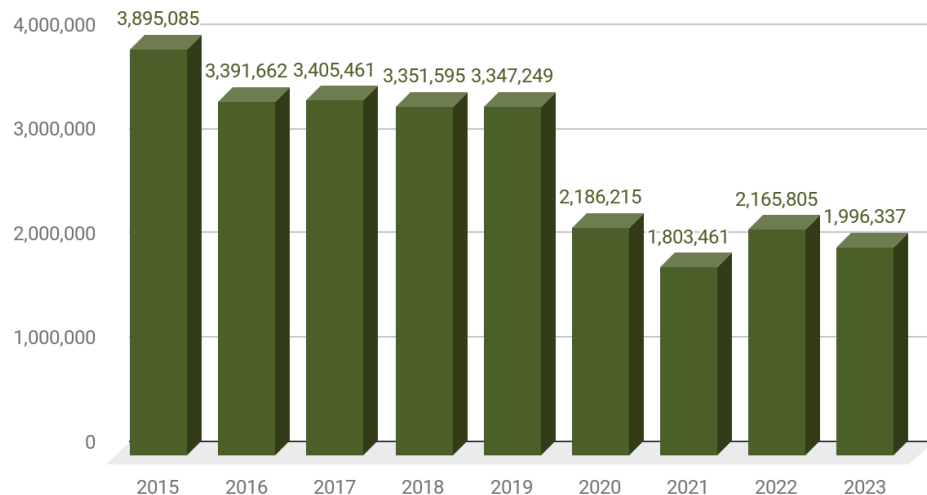
7 - Energia limpa e acessível;

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto.

Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de energia elétrica (kWh)



Consumo de energia elétrica (kWh): 2015: 3.895.085 / 2016: 3.391.662 / 2017: 3.405.461 / 2018: 3.351.595 / 2019: 3.347.249 / 2020: 2.186.215 / 2021: 1.803.461 / 2022: 2.165.805 / 2023: 1.996.337 (dados parciais).

Energia elétrica								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de energia elétrica em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar o uso de energia.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	7 - Energia acessível e limpa 12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	6.1	CEE	Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	kWh	Mensal	Preencher	Fatura

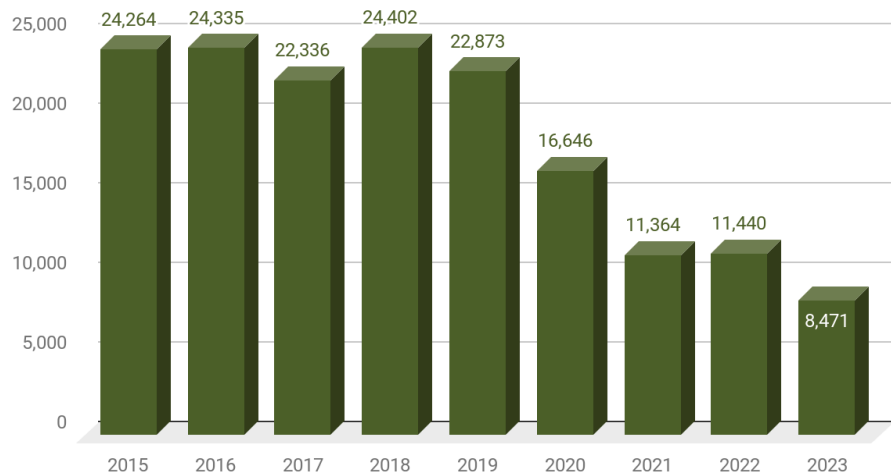
7. Água e esgoto



6 - Água potável e saneamento;
12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água e esgoto para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de água (m³)



Consumo de água (m³): 2015: 24.264 / 2016: 24.335 / 2017: 22.336 / 2018: 24.402 / 2019: 22.873 / 2020: 16.646 / 2021: 11.364 / 2022: 11.440 / 2023: 8.471 (dados parciais).

Água e esgoto								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de água em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	7.1	CA	Consumo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária.	Metros cúbicos (m³)	Mensal	Preencher	Fatura

8. Gestão de resíduos



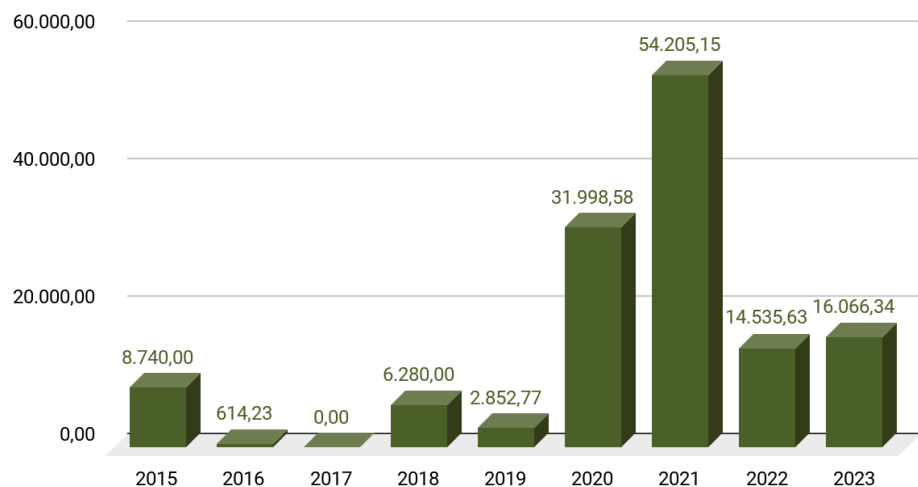
11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

Os resíduos gerados no TRT da 12ª Região possuem a seguinte separação e destinação:

Resíduo		Destinação
Resíduos Perigosos		Contratação de empresa especializada no transporte e destinação ambientalmente adequada. Logística reversa para lâmpadas.
Resíduos de Obras		De responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra.
Resíduos de Informática		Doação a entidades com fins de inclusão digital.
Rejeitos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
Papéis	Diversos	Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
	Eliminação de autos findos	Doação direta às cooperativas de catadores, com sua destruição imediata
Demais Resíduos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.

Total de materiais destinados à reciclagem (kg)



Total de materiais destinados à reciclagem (kg): 2015: 8.740,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 6.280,00 / 2019: 2.852,77 / 2020: 31.998,58 / 2021: 54.205,15 / 2022: 14.535,63. / 2023: 16.066,34 (dados parciais).

Gestão de resíduos									
META PARA 2024	Implantar 100% o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em Florianópolis.								
Objetivo	Realizar o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação.								
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	11 - Cidades e comunidades sustentáveis								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
CSG COGEDOM CMLOG	8.6	TMR	Total de materiais destinados à reciclagem	Soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras. MR = DPA + DPL + DMT + DVD + CGe DPA = Destinação de papel para reciclagem, conforme item 8.1; DPL = Destinação de plásticos para reciclagem, conforme item 8.2; DMT = Destinação de metais para reciclagem, conforme item 8.3	Quilogramas (kg)	Mensal	Cálculo automático	-	

				DVD = Destinação de vidros para reciclagem, conforme item 8.4; CGe = Coleta geral, conforme item 8.5.				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

9. Reformas e construções

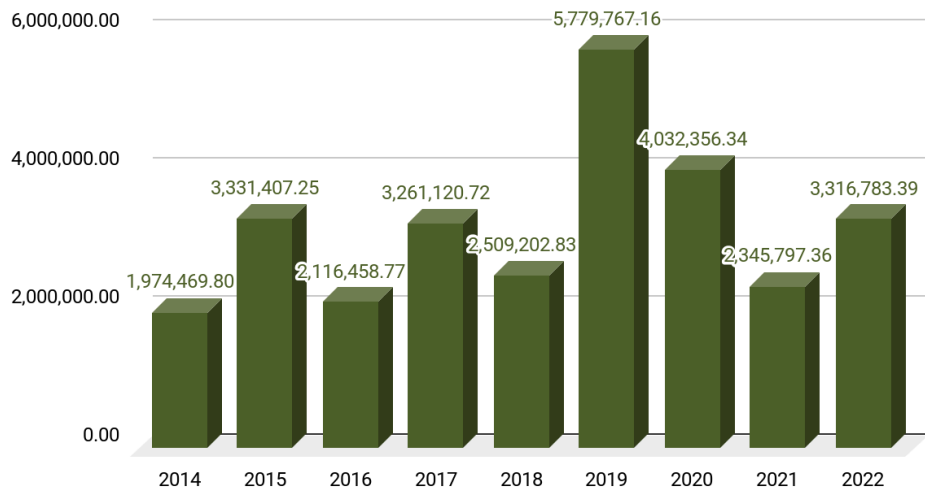


11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2020 e suas alterações. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com reformas



Gasto com reformas: 2014: R\$ 1.974.469,80 / 2015: R\$ 3.331.407,25 / 2016: R\$ 2.116.458,77 / 2017: R\$ 3.261.120,72 / 2018: R\$ 2.509.202,83 / 2019: R\$ 5.779.767,16 / 2020: R\$ 4.032.356,34 / 2021: R\$ 2.345.797,36 / 2022: R\$ 3.316.783,39.

Reformas e construções

METAS PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com reformas de forma a otimizá-los.							
	Monitorar 100% dos gastos com construção de novos edifícios de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar os gastos relacionados a reformas e construções.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CPO CMAN	9.1	GRef	Gastos com reformas no período-base	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção, utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios, que devem ser considerados no item 9.2. Considera-se a data de realização das reformas.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização

CPO	9.2	GCon st	Gastos com construção de novos edifícios no período-base	Corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios no período-base.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização
------------	-----	------------	--	---	-------	-------	-----------	-----------------------

10. Limpeza

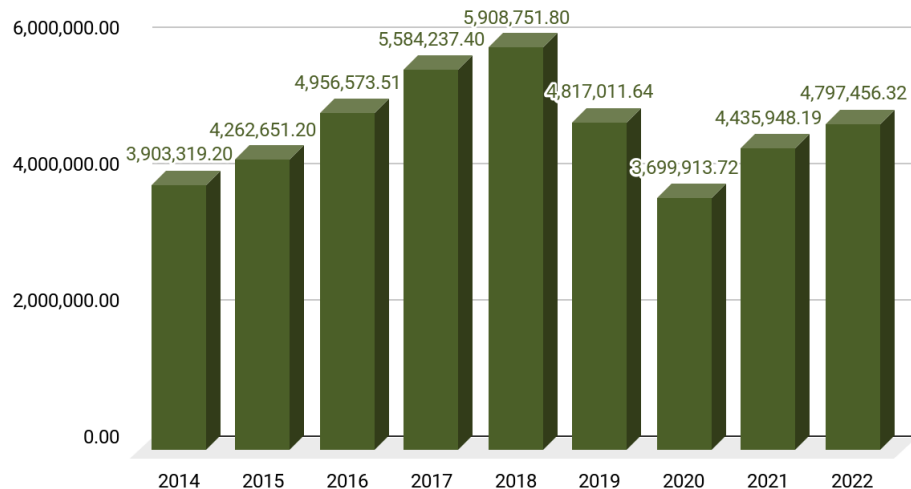


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

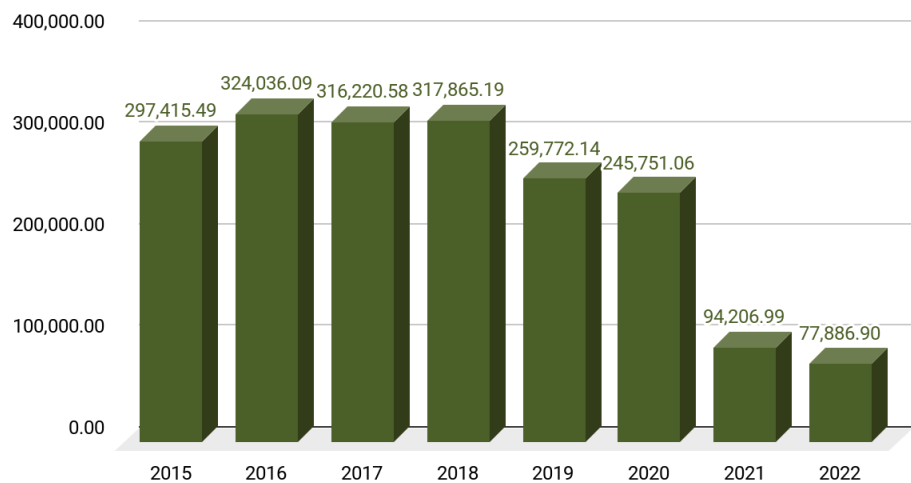
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gasto com contratos de limpeza



Gasto com contratos de limpeza: 2014: R\$ 3.903.319,20 / 2015: R\$ 4.262.651,20 / 2016: R\$ 4.956.573,51 / 2017: R\$ 5.584.237,40 / 2018: R\$ 5.908.751,80 / 2019: R\$ 4.817.011,64 / 2020: R\$ 3.699.913,72 / 2021: R\$ 4.435.948,19 / 2022: R\$ 4.797.456,32 / 2023: R\$

Gasto com material de limpeza



Gasto com material de limpeza: 2015: R\$ 297.415,49 / 2016: R\$ 324.036,09 / 2017: R\$ 316.220,58 / 2018: R\$ 317.865,19 / 2019: R\$ 259.772,14 / 2020: R\$ 245.751,06 / 2021: R\$ 94.206,99 / 2022: R\$ 77.886,90 / 2023: R\$

Limpeza								
METAS PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com contratos de limpeza de forma a otimizá-los. Monitorar 100% dos gastos com material de limpeza de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar e otimizar os gastos relacionados aos serviços de limpeza.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	10.1	GLB	Gastos com contratos de limpeza no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
CMLOG	10.4	GML	Gasto com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 10.1. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Anual	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

11. Vigilância

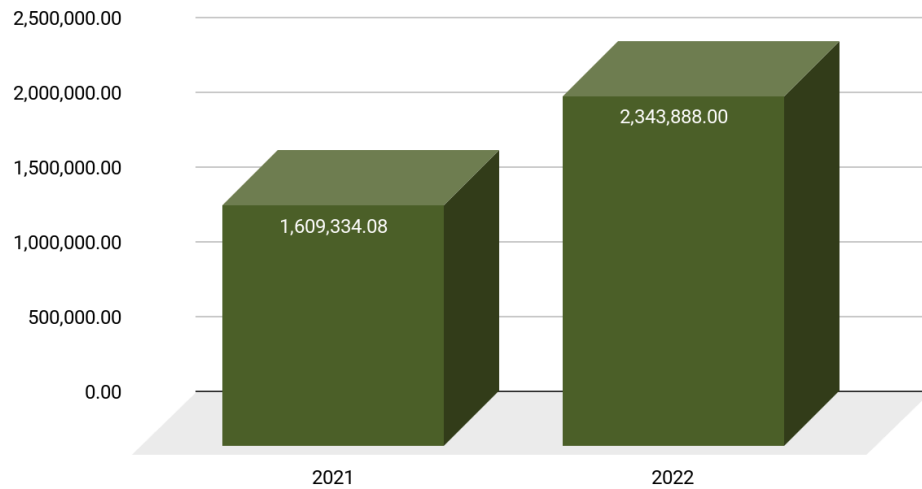


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos, horários, armada e desarmada).

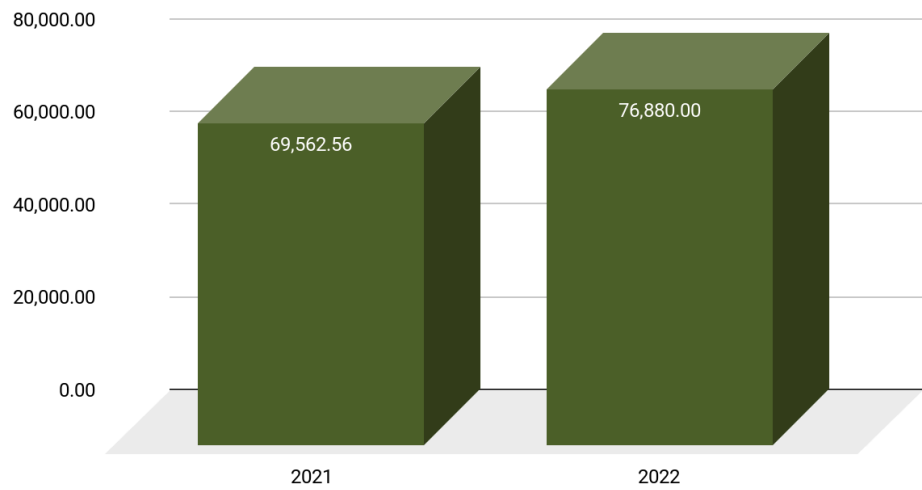
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada



Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada: 2021: R\$ 1.609.334,08 / 2022: R\$ 2.343.888,00.

Gasto com contrato de vigilância eletrônica



Gasto com contrato de vigilância eletrônica: 2021: R\$ 69.562,56 / 2022: R\$ 76.880,00.

Vigilância								
METAS PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com contratos de vigilância armada e desarmada de forma a otimizá-los.							
	Monitorar 100% dos gastos com contratos de vigilância eletrônica de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar e otimizar as despesas relacionadas aos serviços de vigilância.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	11.1	GV	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SSI	11.4	GVe	Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

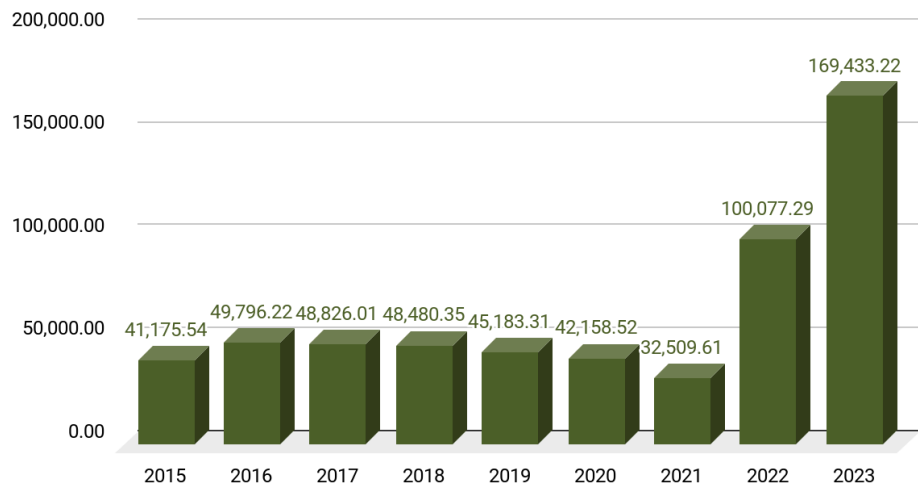
12. Telefonia



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação). Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com telefonia móvel



Gasto com telefonia móvel: 2015: R\$ 41.175,54 / 2016: R\$ 49.796,22 / 2017: R\$ 48.826,01 / 2018: R\$ 48.480,35 / 2019: R\$ 45.183,31 / 2020: R\$ 42.158,52 / 2021: R\$ 32.509,61 / 2022: R\$ 100.077,29 / 2023: R\$ 169.433,22 (dados parciais).

Telefonia								
META PARA 2024	Reduzir em 1% os valores gastos na telefonia móvel em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar e racionalizar os consumos e gastos com serviços de telefonia.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	12.4	GTM	Gasto com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura

13. Veículos

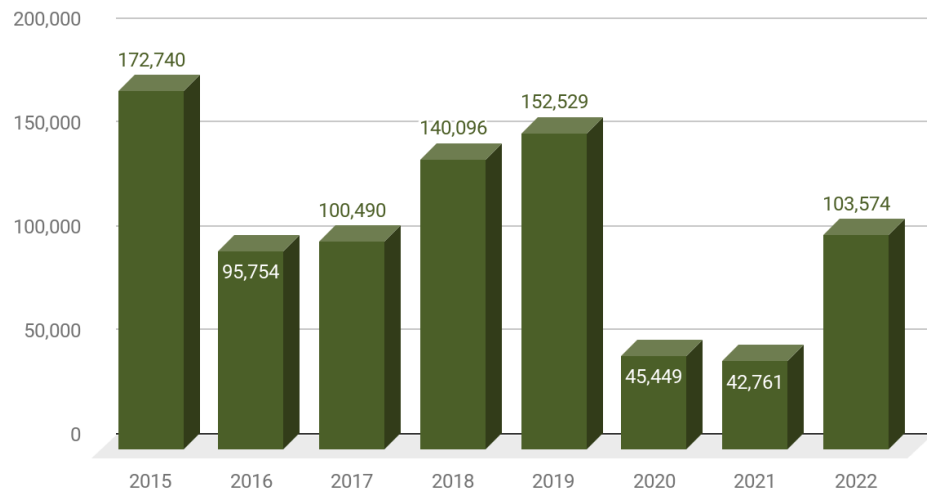


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. O monitoramento visa à racionalidade do serviço no sentido de:

- avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço;
- avaliar a diminuição da quantidade total de veículos;
- aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso;
- diminuir o gasto relativo com manutenções.

Quilometragem



Quilometragem: 2015: 172.740 / 2016: 95.754 / 2017: 100.490 / 2018: 140.096 / 2019: 152.529 / 2020: 45.449 / 2021: 42.761 / 2022: 103.574.

Veículos								
META PARA 2024	Reduzir em 1% a quilometragem em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar as despesas com veículos.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	13.1	Km	Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Quilômetros (km)	Anual	Preencher	Quilometragem

14. Combustível



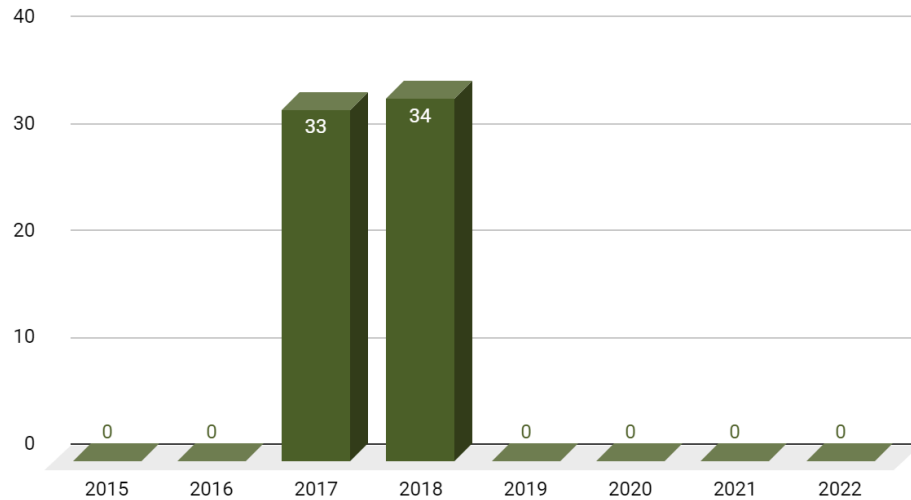
12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. O monitoramento dos dados pode indicar:

- a necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo;
- a necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis;
- o aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

Não deve ser computado o combustível utilizado em outros equipamentos como bombas e geradores.

Consumo de etanol (Litro)



Consumo de etanol (Litro): 2015: 0 / 2016: 0 / 2017: 33 / 2018: 34 / 2019: 0 / 2020: 0 / 2021: 0 / 2022: 0.

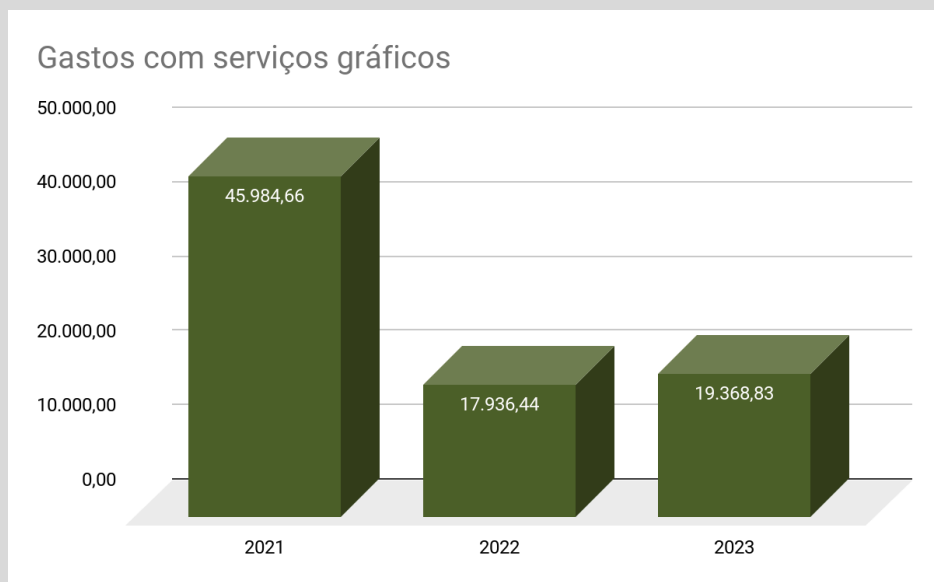
Combustível								
META PARA 2024	Aumentar em 1% a utilização de etanol nos veículos flex pertencentes à frota do TRT da 12ª Região em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar as despesas com combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	14.2	CE	Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos

15. Apoio ao serviço administrativo



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.



Gastos com serviços gráficos: 2021: R\$ 45.984,66 / 2022: R\$ 17.936,44 / 2023: R\$ 19.368,83 (dados parciais).

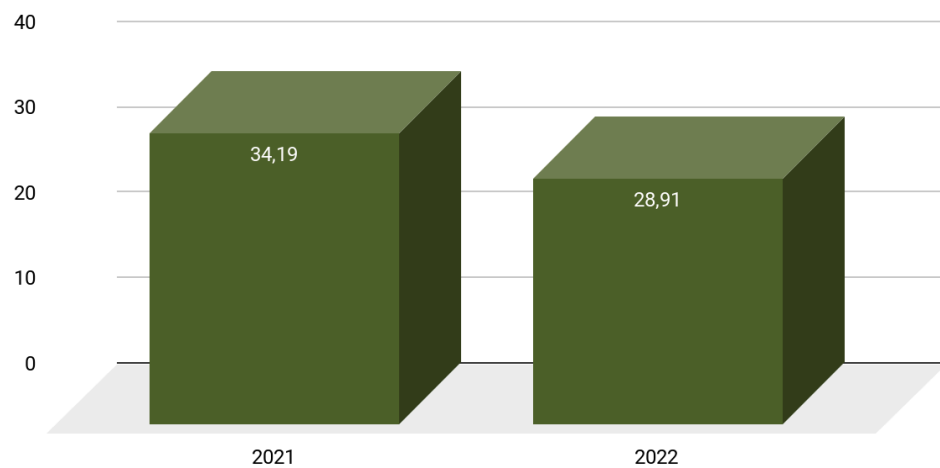
Apoio ao serviço administrativo								
META PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com serviços gráficos de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	15.1	GCGraf	Gastos com serviços gráficos no período-base	Despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia, que devem ser lançados no item 5.5.	Reais	Mensal	Preencher	Despesas

16. Aquisições e contratações



12 - Consumo e produção responsáveis.

Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade



Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade: 2021: 34,19% / 2022: 28,91%.

Aquisições e contratações								
META PARA 2024	Aumentar em 3% o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade em relação a 2023.							
Objetivo	Monitorar e incentivar as aquisições e contratações sustentáveis realizadas.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CLC	16.3	PCS	Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade. $PCS = (ACS / ACR) \times 100$	Percentual	Anual	Cálculo automático	-

17. Qualidade de vida



3 - Saúde e bem-estar;

4 - Educação de qualidade;

5 - Igualdade de gênero;

10 - Redução das desigualdades;

16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Ações de qualidade de vida no trabalho: promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores. Considerar ações tais como ginástica laboral, preparação para aposentadoria, orientação nutricional, terapias alternativas, ações anti tabagismo, álcool e outras drogas, entre outras.

Ações solidárias: promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade, tais como visitas a creches, orfanatos, asilos, bem como ações educacionais para terceirizados, como alfabetização, inclusão digital, ensino à distância, entre outros.

Serão contabilizadas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base. Serão consideradas participações em ações realizadas em parceria com outras instituições. Em ações de caráter continuado, tais como cursos, encontros, grupos de apoio, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa e uma única ação. Exemplo: ginástica laboral com os mesmos três participantes de uma unidade, uma vez por semana, resultará ao final do ano em apenas três participações. Da mesma forma, a ginástica laboral realizada com várias ocorrências será considerada como uma única ação.

Qualidade de vida									
METAS PARA 2024		Realizar, no mínimo, 50 ações de qualidade de vida. Realizar, no mínimo, 50 ações solidárias.							
Objetivo		Monitorar e incentivar a participação da força de trabalho em ações de qualidade de vida e solidárias.							
Eixo		Sustentabilidade							
ODS		3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
Área(s) Responsável(is)		Indicador CNJ		Definição		Unidade de medida	Periodicidade e da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SAÚDE BIBLIOTECA		17.2	AQV	Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. Aqui devem ser consideradas somente as ações e não as participações, que devem ser consideradas no item 17.1.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SAÚDE CMLOG BIBLIOTECA		17.5	AS	Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação solidária

18. Capacitação em sustentabilidade



- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e bem-estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de gênero;
- 6 - Água potável e saneamento;
- 7 - Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 - Redução das desigualdades;
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 - Consumo e produção responsáveis;
- 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- 14 - Vida na água;
- 15 - Vida na terra;
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 - Parcerias e meios de implementação.

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. Serão contabilizadas:

- ações de sensibilização e capacitação (cursos EaD ou presenciais, grupos de estudo, seminários, semana do meio ambiente, oficinas, campanhas etc.);

- ações educacionais relacionadas ao tema;
- outras ações institucionais, relacionadas às metas do PLS.

Em ações de capacitação de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de estudo, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa, por evento. Exemplo: curso com os mesmos dez participantes, uma vez por semana, durante dois meses resultará, ao final do ano, em apenas dez participações. Assim como, curso realizado em várias ocorrências será considerado como um único curso.

Capacitação em sustentabilidade	
METAS PARA 2024	Realizar, no mínimo, 1 ação de capacitação em sustentabilidade. Realizar, no mínimo, 3 ações de sensibilização em sustentabilidade.
Objetivo	Monitorar e incentivar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade.
Eixo	Sustentabilidade
ODS	1 - Erradicação da pobreza 2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 6 - Água potável e saneamento 7 - Energia limpa e acessível 8 - Trabalho decente e crescimento econômico 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis 13 - Ação contra a mudança global do clima 14 - Vida na água 15 - Vida terrestre 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

17 - Parcerias e meios de implementação

Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
USAMB / SEGEST EJUD	18.1	ACap	Ações de capacitação em sustentabilidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de capacitaçã o em sustentabil idade
USAMB / SEGEST SECOM BIBLIOTECA	18.2	ASen	Ações de sensibilização em sustentabilidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de sensibilizaç ão em sustentabil idade

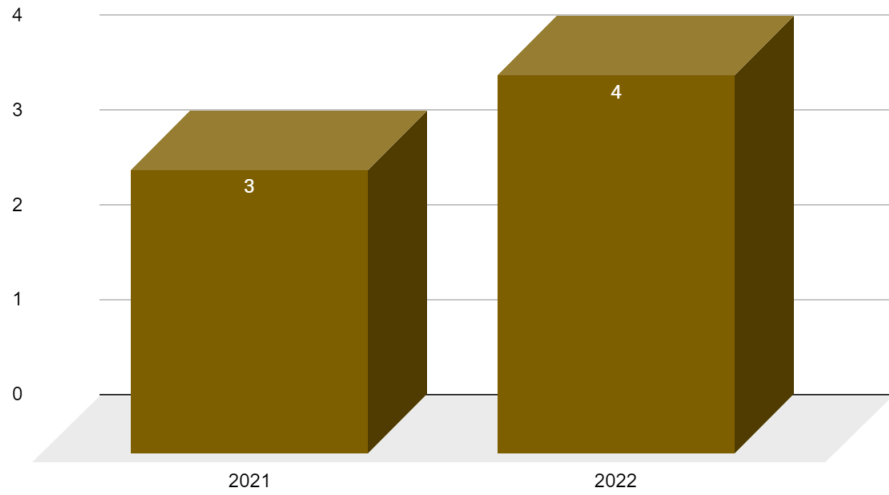
Eixo Acessibilidade e Inclusão

1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão



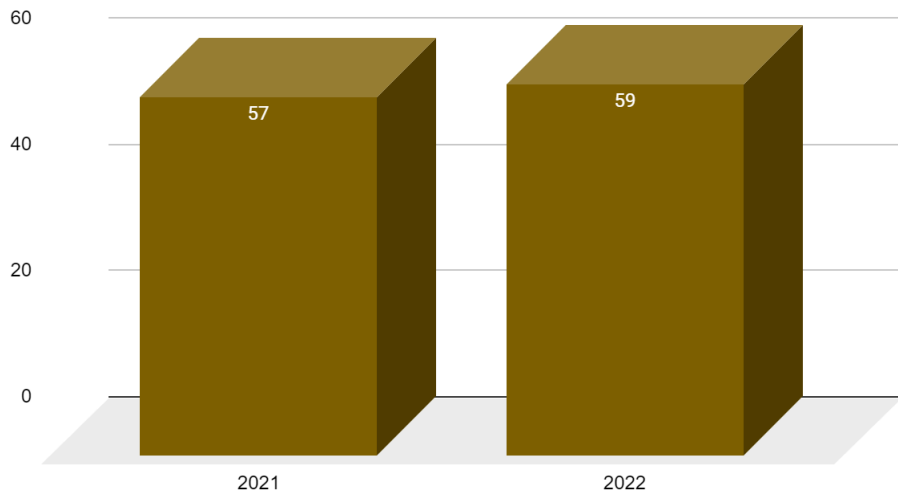
10 - Redução das desigualdades.

Quantidade de magistrados(as) com deficiência



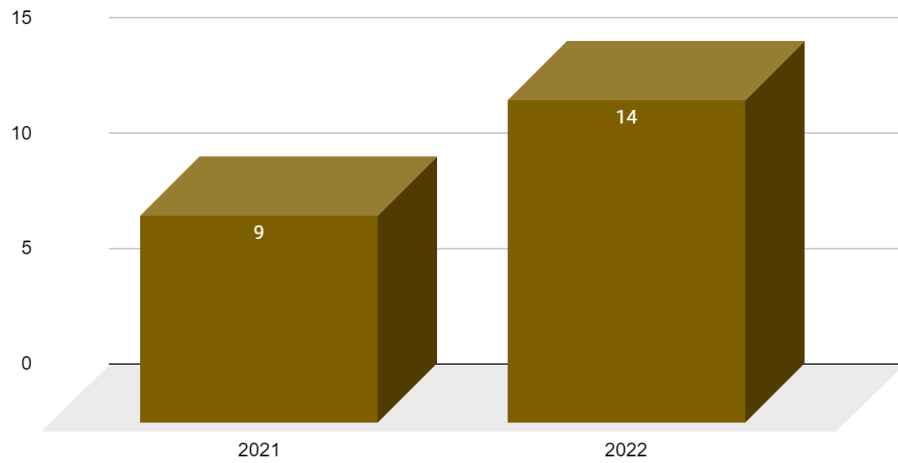
Quantidade de magistrados(as) com deficiência: 2021: 3 / 2022: 4.

Quantidade de servidores(as) com deficiência



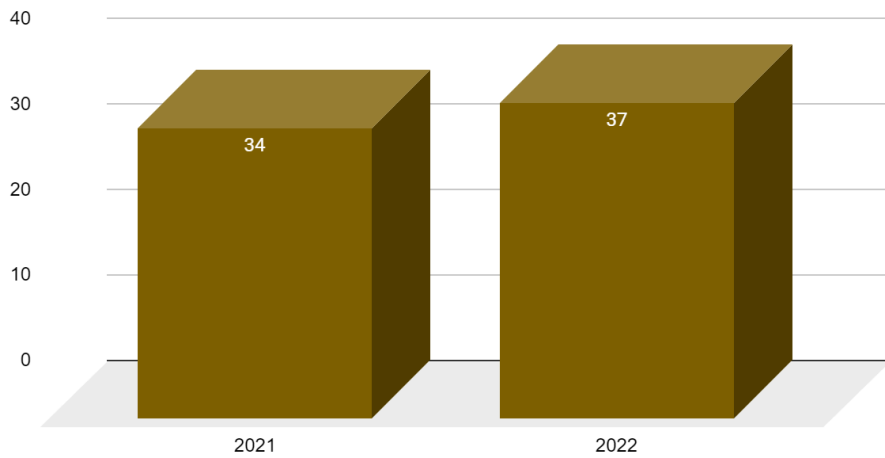
Quantidade de servidores(as) com deficiência: 2021: 57 / 2022: 59.

Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência



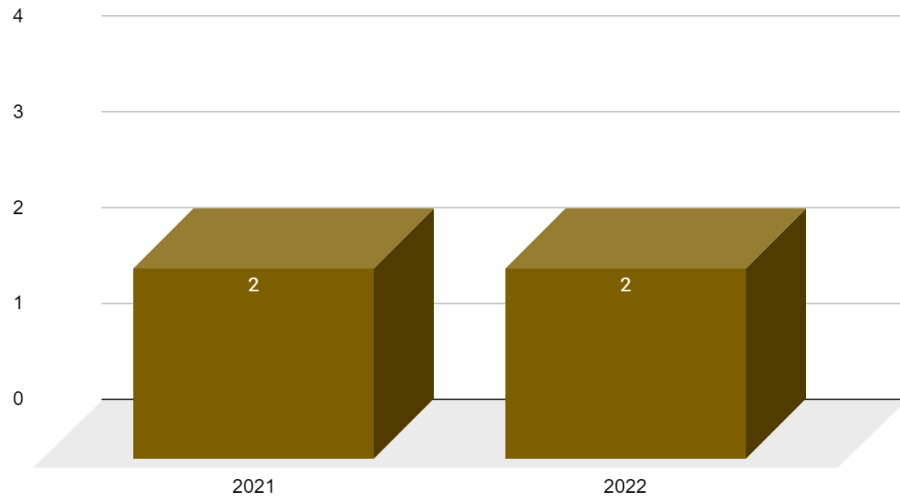
Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência: 2021: 9 / 2022: 14.

Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência



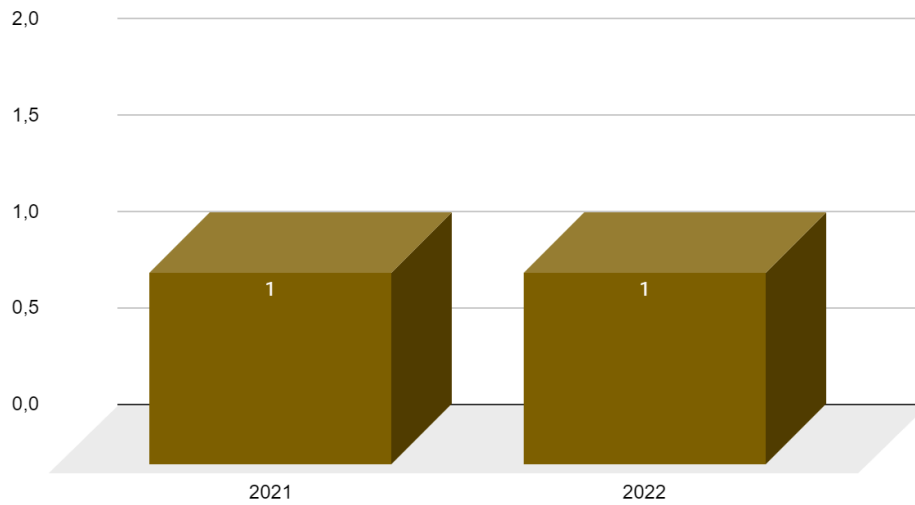
Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência: 2021: 34 / 2022: 37.

Quantidade de estagiários(as) com deficiência



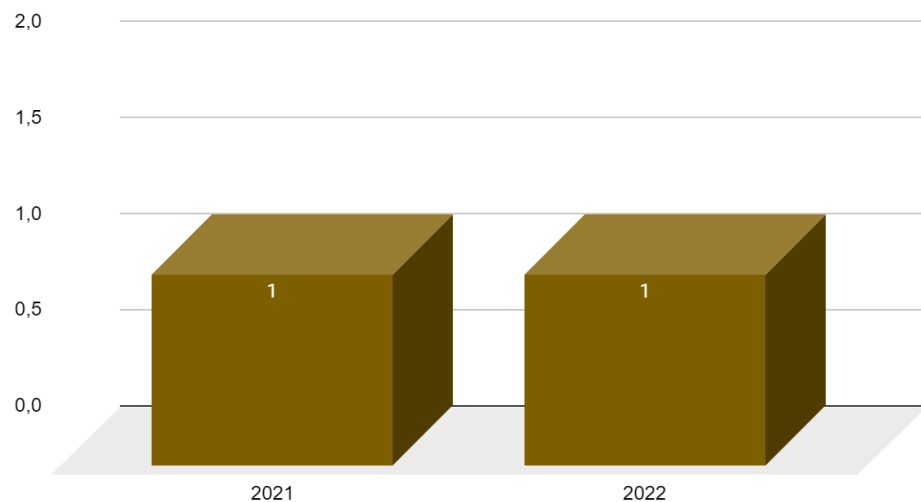
Quantidade de estagiários(as) com deficiência: 2021: 2 / 2022: 2.

Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência



Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência: 2021: 1 / 2022: 1.

Quantidade de aprendizes com deficiência



Quantidade de aprendizes com deficiência: 2021: 1 / 2022: 1.

Gestão da Acessibilidade e Inclusão	
METAS PARA 2024	<p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de magistrados(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de servidores(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de estagiários(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de conciliadores(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de voluntários(as) com deficiência.</p> <p>Informar 100% dos dados sobre a quantidade de aprendizes com deficiência.</p>
Objetivo	Acompanhar a gestão da acessibilidade e inclusão.
Eixo	Acessibilidade e Inclusão

ODS		10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
CIGEB/SGP	1.1	MagP(PcD)	Quantidade de magistrados(as) com deficiência	Número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição.	Magistrados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base	
CIGEB/SGP	1.2	TPEft/ TPI (PcD)	Quantidade de servidores(as) com deficiência	Número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.	Servidores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base	
CIGEB/SGP	1.3	TPSV (PcD)	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	Número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.	Servidores(as) comissionados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base	
CIGEB/SGP	1.4	TPFC (PcD)	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	Número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.	Servidores(as) com função comissionada	Anual	Preencher	Final do período-base	
CIGEB/SGP	1.5	TFAuxE (PcD)	Quantidade de estagiários(as) com deficiência	Número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Estagiários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base	
ÁREAS QUE SÃO GESTORAS DE CONTRATOS	1.6	TFAuxT (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) terceirizados	Número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base	

			as) com deficiência					
-	1.7	TFAuxC (PcD)	Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	Número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Conciliadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.8	TFAuxJL (PcD)	Quantidade de juizes(as) leigos(as) com deficiência	Número total de juizes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Juizes(as) leigos(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.9	TFAuxSP (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	Número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.	Trabalhadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.10	TFAuxV (PcD)	Quantidade de voluntários(as) com deficiência	Número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Voluntários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
CODAP/SGP	1.11	TFAuxApr (PcD)	Quantidade de aprendizes com deficiência	Número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base. (Lei do Jovem Aprendiz - Lei nº 10.097/2000)	Aprendizes	Anual	Preencher	Final do período-base

2. Acessibilidade em serviços



4 - Educação de qualidade;
10 - Redução das desigualdades.

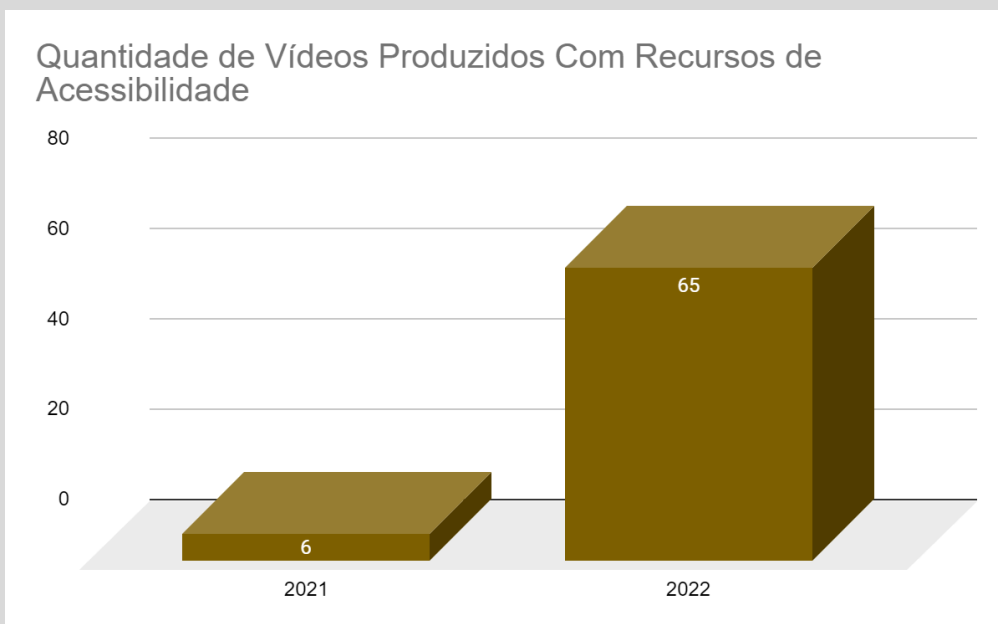
Acessibilidade em serviços							
META PARA 2024	Promover a capacitação de 50% dos gestores(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática dos serviços.						
Eixo	Acessibilidade e Inclusão						
ODS	4 - Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
EJUD	2.6	Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das	Proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão. Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

			peçoas com deficiência	QGe / QGt QGt - Quantidade total de gestores(as) QGe - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)				
--	--	--	---------------------------	---	--	--	--	--

3. Acessibilidade comunicacional



10 - Redução das desigualdades.



Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade: 2021: 6 / 2022: 65.

Acessibilidade comunicacional								
META PARA 2024	Disponibilizar 100% dos vídeos produzidos com legenda.							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática da comunicação.							
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SECOM	3.1	VAcess	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição).	Vídeos	Anual	Preencher	Publicação do vídeo

4. Acessibilidade tecnológica



10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade tecnológica							
META PARA 2024	Rodar o robô DIANA, que avalia a acessibilidade do portal do TRT da 12ª Região, no mínimo uma vez ao ano.						
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática da tecnologia da informação.						
Eixo	Acessibilidade e Inclusão						
ODS	10 - Redução das desigualdades						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC	4.1	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Informar se usa programas que detectam o código <i>HTML</i> e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital. () sim, quais? () não.	-	Anual	Preencher	-

5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica



10 - Redução das desigualdades;

11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e na Resolução CNJ nº 401/2021, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da Resolução CNJ nº 401/2021.

Acessibilidade urbanística e arquitetônica	
META PARA 2024	Cumprir, sempre que possível, o disposto na Resolução CNJ 401/2021 no tocante a acessibilidade urbanística e arquitetônica.
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática urbanística e arquitetônica.
Eixo	Acessibilidade e Inclusão
ODS	10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
Área(s) Responsável(is)	
CPO	

Considerações finais

Para elaboração do PLS foi dada continuidade às atividades previstas no PLS dos anos anteriores. O aprimoramento da coleta de dados relativos aos indicadores e o planejamento de novas metas irão direcionar as ações a serem desenvolvidas no período, para que se inclua, cada vez mais, o conceito de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão em todo o TRT da 12ª Região. Cumpre ressaltar que as metas poderão ser alteradas em razão de modificações estruturais e/ou fatos supervenientes.

Fontes

CNJ. Modelo de PLS e Modelo de Plano de Ações. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-socioambiental/modelos-previstos-na-resolucao-cnj-no-400-2021/>

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/modelo-de-pls-resolucao-cnj-no-4002021.pdf>

ONU BRASIL. ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

TRT 4. PLS. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/142956/Revis%C3%A3o%20do%20PLS%20-%202018.pdf>

TRT 12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/Planejamento_Estrategico

Elaboração Técnica

Gustavo Bestetti Ibarra

Diretor da Secretaria de Governança e de Gestão Estratégica

Cláudio Manabu Okada

Coordenador da Coordenadoria de Projetos Estratégicos e Inovação

Márcia Abedal Ceci de Souza

Setor de Acessibilidade e Inclusão

Yasmin Lonzetti Skovronski

Setor de Sustentabilidade